



Conclusão: 7/11/2014

*

I – RELATÓRIO

- Não existe recolha e tratamento de imagens;



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

- A decisão impugnada esquece-se que qualquer pessoa, no caso a A., tem o direito de se defender contra ameaças à sua vida e integridade física, sendo que, violando o princípio da proporcionalidade;
- Confrontados os direitos cuja salvaguarda pretende a A., vertidos nos artigos 24º, 25º e 27º, da CRP, e a R., respectivamente, considera-se excessivo o aparente sacrifício preconizado pela A..

Devidamente citada a R. apresentou contestação, defendendo-se por excepção e por impugnação. A título de excepção invocou a incompetência do tribunal e a título de impugnação pugnou pela improcedência da acção.

Foi proferido despacho saneador que julgou procedente a excepção, tendo em sede de recurso sido declarado competente este tribunal.

Notificadas para alegações sucessivas, as partes alegaram, mantendo a posição vertida nos articulados iniciais.

Pelo exposto, a questão *decidenda* é a de saber se a decisão impugnada deve ser declarada nula ou, em alternativa, anulada.

*

Inexistem quaisquer questões que obstem à decisão de mérito.

*

II – FUNDAMENTAÇÃO FÁCTICO-JURÍDICA

Com interesse para a decisão consideram-se provados os seguintes factos:

- A) A 11/2/2009, A. requereu junto da R. autorização para colocação de duas câmaras de visualização para o exterior do interior da fracção onde habita, situadas junto da entrada da sua habitação e da porta de entrada do prédio, para



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

visualizar as pessoas que pretendem aceder à fracção para fins de segurança pessoal, dado tratar-se de pessoa que vive sozinha, cfr. fls. 1 a 10, do processo administrativo, apenso aos autos, cujo teor se dá por integralmente reproduzido.

- B) Duas moradoras do prédio em questão manifestaram oposição expressa à colocação das câmaras, cfr. fls. 27 a 37 e 41 a 45, do processo administrativo, apenso aos autos, cujo teor se dá por integralmente reproduzido.
- C) O pedido deu origem ao processo de autorização nº 1272/09, no qual foi proferida a Deliberação nº 37/11, cfr. fls. 56 a 63, do processo administrativo, apenso aos autos, cujo teor se dá por integralmente reproduzido, tendo as seguintes conclusões:

“A. Não autorizar a instalação do referido sistema no Prédio sito na [REDACTED] em [REDACTED] tendo em conta que há oposição por parte de pelo menos dois moradores/condóminos à colocação das câmaras.

B. Que a responsável pelo tratamento cesse, de imediato, o tratamento de dados de videovigilância, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.”

Factos não provados

Não se provou que:

1. A A. tem graves e sérios problemas de mobilidade por força de acometimento de artrites e mazelas físicas similares.
2. A sua fracção habitacional está inserida em zona de constantes assaltos e intrusão em casa alheia por terceiros.

Motivação da matéria de facto

Quanto aos factos provados, o tribunal assentou a sua convicção nos documentos juntos aos autos e ao processo administrativo, não impugnados, conforme referido em cada alínea do probatório.

Relativamente aos factos não provados, a A. não juntou ou requereu qualquer elemento de prova quanto aos mesmos.



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

*

Vem a A. pedir a declaração de nulidade ou a anulação da deliberação da R. nº 37/11, que não autorizou a instalação do sistema de videovigilância requerido pela A..

Alega a A. que a deliberação em causa padece de vício de violação de lei por erro sobre os pressupostos de facto e de direito.

Ora vejamos.

A Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro - de que serão doravante todos os dispositivos legais se outra proveniência não for indicada - estabelece no seu artigo 2º, como princípio geral, que “ *O tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais*”.

Por tratamento de dados pessoais, a lei entende qualquer operação sobre dados pessoais efectuada com, ou sem, recurso a meios automatizados (artigo 3º al. b)). E, por dados pessoais, entende-se qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social (artigo 3º, al.a)).

O artigo 4º, nº 4, da citada lei prevê a sua aplicação à videovigilância e a “*outras formas de captação, tratamento e difusão de som e imagem que permitam identificar pessoas(...)*”.

Importa ainda referir, que os dados pessoais devem ser “*adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados*” (artigo 5º, nº 1, al. c)).



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

Em prédios com vários condóminos, como é o caso dos autos, em que não existe legislação específica sobre a utilização de meios de videovigilância, é de aplicar-se o n.º 2 do artigo 8.º, segundo o qual o tratamento de dados pessoais carece de autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados, *“observadas as normas de protecção de dados e de segurança da informação, quando tal tratamento for necessário às finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados”*.

Envolvendo os sistemas de videovigilância restrições de direitos e garantias, ou seja a possibilidade de invasão do direito à reserva da intimidade e do direito à imagem dos cidadãos, *in casu*, de cada um dos condóminos, os princípios gerais a considerar, neste plano, são os que decorrem da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, onde se declara que os dados pessoais devem ser *“adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados”*, e do artigo 6.º, que estabelece as condições de legitimidade do tratamento de dados, exigindo o consentimento do titular ou a verificação da necessidade de tratamento de dados para a *“prossecução de interesses legítimos, (...) desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados”*.

A instalação de sistemas de videovigilância, envolve sempre a restrição do direito de reserva da vida privada e apenas pode ser admitida quando for necessária à prossecução de interesses legítimos e dentro dos limites definidos pelo princípio da proporcionalidade.

A subordinação ao princípio da proporcionalidade surge enunciada na Lei da Protecção de Dados Pessoais e constitui uma exigência comum a qualquer um dos regimes específicos de permissão legal de utilização de sistemas de videovigilância.

O recurso à captação de imagens deverá constituir uma medida necessária e adequada para atingir os fins propostos, mas estes deverão ser de tal relevância que justifiquem o sacrifício do direito à reserva da intimidade privada, que se encontra constitucionalmente garantido, consignado no artigo 26.º, da lei fundamental.



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

O Tribunal Constitucional entendeu, no Acórdão n.º 255/2002, de 12 de Junho de 2002, que a utilização do sistema de videovigilância constitui uma limitação ou uma restrição do direito à reserva da intimidade da vida privada.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados, na sua deliberação n.º 61/2004 (in www.cnpd.pt), explicitou os critérios gerais a adoptar, na autorização de instalação de sistemas de videovigilância, nos seguintes termos: *“O tratamento a realizar e os meios utilizados devem ser considerados os necessários, adequados e proporcionados com as finalidades estabelecidas: a protecção de pessoas e bens. Ou seja, para se poder verificar se uma medida restritiva de um direito fundamental supera o juízo de proporcionalidade imporá verificar se foram cumpridas três condições: se a medida adoptada é idónea para conseguir o objectivo proposto (princípio da idoneidade); se é necessária, no sentido de que não existia outra medida capaz de assegurar o objectivo com igual grau de eficácia (princípio da necessidade); se a medida adoptada foi ponderada e é equilibrada ao ponto de através dela, serem atingidos substanciais e superiores benefícios ou vantagens para o interesse geral quando confrontados com outros bens ou valores em conflito (juízo de proporcionalidade em sentido estrito).”*

Acresce, que, não obstante não existir registo da imagem, não significa que não haja utilização de meios electrónicos que permitam a visualização em simultâneo, de diversos locais, de cidadãos a entrar e sair de partes comuns do prédio (neste sentido Ac. do TCAS, de 20/5/2010, proc. 03190/07), não se aplicando, aqui, a excepção do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 67/98, de 26 de Outubro.

Ora, no caso dos autos, entende este tribunal que deve ser dada primazia aos valores constitucionais, em especial, à defesa da reserva da intimidade e da vida privada, o que impõe que a autorização requerida pela A., tenha de ser consentida por todos os condóminos de forma expressa, pois que a invasão da reserva da vida privada como a que efectivamente ocorrerá com a recolha de imagens só pode ser constrangida com a autorização de todos os visados, sejam eles proprietários ou arrendatários.

Da matéria de facto provada resulta que duas moradoras do prédio em questão manifestaram oposição expressa à colocação das câmaras.



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE CÍRCULO DE LISBOA

Por outro lado, não ficou provado que a A. tenha graves e sérios problemas de mobilidade por força de acometimento de artrites e mazelas físicas similares e nem que a sua fracção habitacional esteja inserida em zona de constantes assaltos e intrusão em casa alheia por terceiros, pelo que dos interesses aqui em confronto, havendo oposição expressa de duas moradoras do prédio quanto à instalação das referidas câmaras, há que prevalecer o respeito pela privacidade e pelo direito à imagem.

Pelo exposto, deve a presente acção improceder.

É a A. responsável pelo pagamento das custas, nos termos do artigo 527º, do CPC.

*

- I. Pelo exposto, julgo improcedente a presente acção administrativa especial e, em consequência, absolvo a R. do pedido.
- II. Custas pela A..
- III. Registe, notifique e, após trânsito, devolva o processo administrativo.

*

Lisboa, 7/7/2016